



**À PRIMEIRA CÂMARA DO COLENDO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DE MINAS GERAIS**

Processo n.º: 1.041.609

Natureza: Edital de Licitação

Procedência: Prefeitura Municipal de Contagem

Responsáveis: Carlos Magno de Moura Sales (Prefeito); Mário Sérgio Corrêa Dias (Secretário de Obras e Serviços Urbanos) e Rafael Silveira (Secretário Adjunto de Administração)

Ref.: Pregão Eletrônico números 41/2016 e 47/2016

CARLOS MAGNO DE MOURA SALES, brasileiro, solteiro, advogado, portador da carteira de identidade nº M-4.239.980, expedida pela SSP-MG, inscrito no CPF sob o n.º 614.426.316-00, residente e domiciliado na Rua Rio Negro, nº 462, bairro Amazonas, no Município de Contagem/MG, CEP 32.223-550, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., nos autos do processo em epígrafe, por seus procuradores *in fine* assinados, nos termos do instrumento de procuração anexo, apresentar **DEFESA E DOCUMENTOS**, nos termos do art. 265, *caput*, do Regimento Interno, alicerçada nos seguintes termos:

1. DA TEMPESTIVIDADE

Preliminarmente, importante esclarecer que a presente manifestação é tempestiva, tendo em vista o prazo de 10 (dez) dias estabelecida na decisão proferida pelo Exmo. Sr. Conselheiro Relator nos presentes autos.

Evidenciada a tempestividade da manifestação, requer seja determinada a admissão e juntada da presente peça aos autos para, ao final, serem acolhidas as razões



defensivas, sendo determinado o arquivamento dos autos, sem qualquer repercussão em desfavor do defendente.

2. BREVE SÍNTESE

Trata-se de edital de licitação autuado para análise dos pregões eletrônicos números 041/2016 e 047/2016, deflagrados pela Prefeitura Municipal de Contagem, para aquisição e/ou locação de materiais utilizados para iluminação decorativa do município durante as festividades natalinas.

A unidade técnica realizou o estudo juntado na peça nº 16 do SGAP, tendo assim concluído:

Por todo o exposto, entende-se pela irregularidade das cláusulas contratuais que atribuem os recursos oriundos da COSIP como fonte de pagamento para iluminação decorativa natalina nos pregões n. 41/2016 e 47/2017. Nesses termos, sugere-se a citação do responsável, Sr. Mário Sérgio Corrêa Dias, secretário municipal de obras e serviços urbanos, para apresentar defesa sobre a irregularidade assinalada, passível de aplicação de multa, em respeito aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Após, os autos foram remetidos ao Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais para manifestação preliminar, nos termos do art. 61, 3º, da Resolução nº 12/2008 (Regimento Interno), que entendeu que a receita arrecadada com a cobrança da COSIP não pode ser utilizada para o custeio de iluminação decorativa de natal.

O órgão ministerial dispôs que, em que pese a Lei Municipal nº 3.800/03, que inseriu no Código Tributário do Município de Contagem a contribuição para o custeio de iluminação pública, não ter conceituado iluminação pública, parece evidente que em tal serviço não se insere a decoração natalina, ainda que os adereços de natal sejam luminosos e utilizados em praças e vias públicas.

Em face do exposto, requereu o Ministério Público de Contas a citação do Sr. Mário Sérgio Corrêa Dias, secretário municipal de obras e serviços urbanos, do Sr. Rafael Silveira, secretário municipal adjunto de administração, e do Sr. Carlos Magno de Moura Sales, Chefe do Poder Executivo Municipal de Contagem à época, para, querendo, apresentarem defesa em face da suposta utilização indevida dos recursos da Contribuição



para Custeio de Iluminação Pública – COSIP para pagamento de despesas com iluminação decorativa de natal.

No entanto, conforme se verá adiante, após detida análise do ordenamento jurídico, serão apresentadas, nos tópicos seguintes, **as razões de fato e de direito para o arquivamento, imediato, do presente processo.**

3. DA IMPROCEDÊNCIA DA IRREGULARIDADE APONTADA

3.1 Da subjetividade do conceito de iluminação pública

Preliminarmente, cumpre destacar que a Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP) foi inserida na Constituição da República Federativa do Brasil por intermédio da Emenda Constitucional nº 39/2002, que acrescentou o art. 149-A, criando essa nova competência tributária dos Municípios e Distrito Federal, neste viés:

Art. 149-A. Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no art. 150, I e III.

Parágrafo único. É facultada a cobrança da contribuição a que se refere o caput, na fatura de consumo de energia elétrica.

Logo, a supracitada norma constitucional carrega alto grau de abstração, haja vista que esta não conceituou o que é iluminação pública, tendo, ainda, imputado ao ente federado municipal a competência para instituir tal contribuição.

Acerca da COSIP, destaca-se que o Supremo Tribunal Federal (STF) preceitua que se trata de um tributo de caráter *sui generis*, que não se confunde com um imposto, porque sua receita se destina a finalidade específica, nem com uma taxa, por não exigir a contraprestação individualizada de um serviço ao contribuinte.

Ainda, a Súmula Vinculante 41 expressamente dispõe que “*o serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa*”.

Por sua vez, na esfera municipal, o art. 3º do Código Tributário de Contagem criou a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CCSIP:



Art. 3º Compõem o sistema tributário do Município:

I - Impostos

- a) sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - (IPTU);
- b) sobre Serviços de Qualquer Natureza - (ISSQN);
- c) sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a Eles Relativos, por Ato Oneroso "Inter Vivos" - (ITBI);
- d) Alínea revogada pela Lei nº 3.420/01.

II - Taxas

- a) decorrentes de o exercício regular do Poder de Polícia do Município;
- b) decorrentes da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos municipais específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

III - Contribuição de Melhoria;

IV - Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CCSIP.

Destaca-se que o art. 142-A da Lei Municipal nº 1.611 apenas dispõe que “a *Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CCSIP, de que trata o inciso IV do artigo 3º desse Código, tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços de iluminação pública colocados à disposição da população*”.

Logo, nosso ordenamento legal, em momento algum, especificou o que seria iluminação pública, o que gera insegurança jurídica aos gestores públicos.

Acerca de tal tributo, o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais dispõe:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. UTILIZAÇÃO DE VIA ADEQUADA. ENERGIA ELÉTRICA. MULTA POR ATRASO DE PAGAMENTO. COBRANÇA INDEVIDA. CUSTEIO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA. AUTORIZAÇÃO LEGAL INEXISTENTE. EXIGÊNCIA DE PAGAMENTO EM VALOR SUPERIOR AO DEVIDO COMPROVADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência admite a consignação em pagamento, mesmo para discutir a natureza, a origem e o valor da obrigação. Logo, restou superado o entendimento de que a ação mencionada só se prestaria para o pagamento de quantia líquida.

2. A ação de consignação em pagamento é meio para o devedor liberar-se da obrigação.

3. Não demonstrada a mora do devedor, não há que se falar em cobrança de juros por atraso no pagamento.

4. A Emenda Constitucional nº 39, de 2002, acrescentou o art. 149-A à Constituição da República e atribuiu competência aos Municípios e ao Distrito Federal para instituir, por lei, contribuição para custeio de serviços de iluminação pública.

5. A Lei municipal nº 1.187, de 2004, de Papagaios, autorizou a contribuição, entretanto, condicionou a exigência à existência de convênio entre o município e a concessionária, ausente o termo, e exação é irregular.

6. Apelação cível conhecida e não provida, mantida a sentença que rejeitou a pretensão inicial, rejeitada uma preliminar.

(TJMG - Apelação Cível 1.0514.08.040293-6/001, Relator(a): Des.(a) Caetano Levi Lopes, 2ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 01/10/2019, publicação da súmula em 09/10/2019)



EMENTA: APELAÇÃO - AÇÃO DE RESSARCIMENTO - CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COMPETÊNCIA PARA A INSTITUIÇÃO DO TRIBUTO - MUNICÍPIO - CEMIG - MERA ARRECADADORA - ILEGITIMIDADE PASSIVA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - MAJORAÇÃO.
- A pretensão de restituição de valores pagos a título de Contribuição para Custeio de Iluminação Pública deve ser exercida em face do ente municipal, que é o competente para a instituição do tributo, sendo a Cemig mera arrecadadora e, portanto, parte ilegítima para figurar no polo passivo da lide.

- O Tribunal, ao julgar recurso, deve proceder à majoração da verba honorária de sucumbência, de forma a remunerar o trabalho adicional realizado em grau recursal. (TJMG - Apelação Cível 1.0607.18.000557-3/001, Relator(a): Des.(a) Maurício Soares, 3ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 12/09/2019, publicação da súmula em 17/09/2019)

Conveniente consignar que, sobre a destinação da COSIP, o STF, julgando a tese de repercussão geral nº 696 (RE nº 666.404), definiu que “*é constitucional a aplicação dos recursos arrecadados por meio de contribuição para o custeio da iluminação pública na expansão e aprimoramento da rede*”.

Tal tese foi também referendada na Consulta nº 1.077.225 deste Colendo Tribunal de Contas de Minas Gerais:

CONSULTA. ILUMINAÇÃO PÚBLICA. QUESTIONAMENTO JÁ RESPONDIDO EM CONSULTAS ANTERIORES. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO PRECISA DE DÚVIDA. NÃO CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (COSIP/CIP). RECEITAS. CARÁTER VINCULADO. CUSTEIO DO SERVIÇO. ABRANGÊNCIA. MODERNIZAÇÃO. MELHORAMENTO. OTIMIZAÇÃO. EXPANSÃO. REDE DE ILUMINAÇÃO. CONSULTA PARCIALMENTE CONHECIDA.1. O custeio do serviço de iluminação pública, conforme previsto no art. 149-A da Constituição da República, abrange, também, a modernização, melhoramento, otimização, eficientização, expansão, operação e manutenção da rede municipal de iluminação.2. Não se conhece de questionamento já respondido em consultas anteriores (art. 210-B, § 1º, V, do Regimento Interno). Determinação da remessa ao consulente das deliberações do Tribunal que demonstram a consolidação da tese (art. 210-B, § 3º, II, do Regimento Interno).3. Não se conhece de questionamento em que não haja indicação precisa da dúvida suscitada (art.210-B, § 1º, IV, do Regimento Interno). [CONSULTA n. 1077225. Rel. CONS. SEBASTIÃO HELVECIO. Sessão do dia 17/06/2020. Disponibilizada no DOC do dia 03/07/2020.]

Isto posto, nos pregões em comento, a Administração Pública Municipal considerou que a iluminação de natal clareia ruas, praças, avenidas, túneis, jardins, vias, estradas, passarelas, abrigos de usuários de transportes coletivos, logradouros de uso



comum e livre acesso, de arte de valor histórico, cultural ou ambiental, localizadas em áreas públicas, motivo pelo qual foram utilizados os recursos do COSIP para custeá-la.

Cumpra-se, portanto, que a legislação não veda tal atitude, sendo que, por intermédio de entendimento jurisprudencial, este Colendo Tribunal de Contas concluiu pela não possibilidade de utilização dos recursos da COSIP para custear a iluminação de natal, posicionamento este, inclusive, que não estava consolidado quando da ocorrência dos pregões aqui analisados.

Destaca-se, inclusive, que em momento algum houve a má-fé deste defendente, haja vista que nem o ordenador das despesas nem os funcionários que participaram efetivamente das compras estavam cientes da suposta irregularidade, já que esta possibilidade não foi levantada por órgão de controle interno municipal nem tampouco nos pareceres da Procuradoria Geral do Município.

Neste diapasão, importante consignar que a Lei Nacional nº 13.655/2018, que incluiu na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público, preceitua que:

Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

[...]

Art. 24. A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.

Parágrafo único. Consideram-se orientações gerais as interpretações e especificações contidas em atos públicos de caráter geral ou em jurisprudência judicial ou administrativa majoritária, e ainda as adotadas por prática administrativa reiterada e de amplo conhecimento público.

Portanto, a revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado deve levar em conta as orientações gerais da época.



3.2 Ausência de prejuízo ao erário e da possibilidade de desvinculação da COSIP

A Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP, prevista no art. 149-A da Constituição de 1988, possui uma destinação específica, qual seja, financiar os serviços de iluminação pública.

Consoante já exposto, a legislação não define o que é iluminação pública, ficando a cargo do gestor público a tarefa penosa de fazer esta interpretação do instituto.

Ainda, importantíssimo dispor que, em que pese a vinculação constitucional das receitas da COSIP, a Emenda Constitucional nº 93/2016 previu que os municípios poderão desvincular *“de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) das receitas dos Municípios relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes”* (art. 76-B do ADCT).

Não obstante o texto constitucional não citar expressamente as receitas da COSIP, entende-se que estes recursos se enquadram no conceito de *“outras receitas correntes”*.

Inclusive, contabilmente, a receita de contribuição para o custeio de iluminação pública é classificada no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) como *“receita corrente”*.

Segundo o MCASP, sob a ótica da classificação orçamentária, a “Contribuição de Iluminação Pública” é espécie da Origem “Contribuições”, que integra a Categoria Econômica “Receitas Correntes”.

No mesmo sentido, este Colendo Tribunal de Contas de Minas Gerais decidiu:

CONSULTA. RECURSOS VINCULADOS. ART. 8º, PARÁGRAFO ÚNICO, LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. UTILIZAÇÃO EXCLUSIVA PARA ATENDER AO OBJETO DE SUA VINCULAÇÃO. HIPÓTESES EXCEPCIONAIS. ART. 65, § 1º, II, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. COMBATE À CALAMIDADE PÚBLICA. DESVINCULAÇÃO. ART. 76-B DO ADCT.1. Os recursos vinculados deverão, como regra, ser utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação (art. 8º, parágrafo único, LRF), mas poderão, excepcionalmente, ter sua destinação alterada para combate à calamidade pública (art. 65, § 1º, II, LRF) ou, então, ser parcialmente desvinculados, até o limite de 30% das receitas, até 31/12/23, atendidas as condições do art. 76-B do ADCT;2. A formalização da desvinculação das receitas provenientes da COSIP, na hipótese do art. 76-B do ADCT, deve ser realizada por meio de decreto do chefe



do Poder Executivo.3. Necessitam de prévia autorização legislativa a abertura de crédito suplementar ou especial, bem como a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro. Os créditos extraordinários podem ser abertos por decreto do Poder Executivo Municipal, com imediata comunicação ao Poder Legislativo.4. A desvinculação dos recursos oriundos da arrecadação da COSIP não pode comprometer a receita necessária para prestação, com qualidade e eficiência, do serviço de iluminação pública. [CONSULTA n. 1088818. Rel. CONS. CLÁUDIO TERRÃO. Sessão do dia 09/12/2020. Disponibilizada no DOC do dia 07/01/2021.]

CONSULTA. DESVINCULAÇÃO DAS RECEITAS DOS MUNICÍPIOS. DRM. ABRANGÊNCIA. CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. APLICABILIDADE. EFICÁCIA PLENA. PRODUÇÃO DE EFEITOS. RECEITA ARRECADADA. 01/01/2016.1. **A Desvinculação das Receitas dos Municípios, prevista art. 76-B do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, inserido pela Emenda Constitucional n. 93/2016, aplica-se às receitas relativas à Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública.**2. **O art. 76-B do ADCT ostenta eficácia plena, porquanto possui todos os elementos necessários para sua autoaplicabilidade,** podendo, portanto, ser operacionalizado via decreto, dispensando edição de lei em sentido estrito para a sua aplicação.3. A Desvinculação das Receitas dos Municípios operada pelo art. 76-B do ADCT produz efeitos sobre as receitas efetivamente arrecadadas a partir de 01/01/2016, devendo ser estritamente observadas, na realização de eventuais ajustes contábeis, as disposições da Lei n. 4.320/64 e demais normas do Direito Financeiro aplicáveis. [CONSULTA n. 1054122. Rel. CONS. SEBASTIÃO HELVECIO. Sessão do dia 25/11/2020. Disponibilizada no DOC do dia 10/12/2020.]

Logo, na eventualidade de se entender que a iluminação natalina não é iluminação pública, requer sejam desvinculados os recursos da COSIP até o limite de 30% (trinta por cento) das receitas, sendo consideradas regulares as licitações objeto da presente manifestação.

Ressalta-se que a Desvinculação das Receitas dos Municípios operada pelo art. 76-B do ADCT produz efeitos sobre as receitas efetivamente arrecadadas a partir de 01/01/2016 e que ambos os pregões datam de lapso temporal compreendido na norma constitucional.

3.3 Desconhecimento da irregularidade e descentralização competências

A delegação de competências é o instrumento para a desconcentração por meio da qual o prefeito realiza a divisão de sua competência.



No tocante a tal ponto, a responsabilidade implica na imputação jurídica a quem deva suportar a consequência de ação antijurídica, sendo absurdo que o delegante transferisse atribuições e continuasse responsável por atos que não praticou.

Nesse sentido, a Segunda Turma do STF, ao se manifestar no Agravo Regimental em Mandado de Segurança n. 24.732/ DF82, de relatoria do Ministro Celso de Mello, na sessão do dia 11/03/14, concluiu que, após a delegação de competência, o delegado é responsável por seus atos, não respondendo por estes o delegante.

Esta diretriz jurisprudencial tem orientado sucessivos pronunciamentos da Suprema Corte que concluem:

Em suma: é preciso ter presente –consoante adverte CAIO TÁCITO (“Delegação de Competência”, “in” “Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro”, vol. XV/155-156, Borsoi) – que, “Embora atuando em consequência da delegação recebida, o delegado age, autonomamente, segundo seu próprio entendimento. A delegação não se confunde com a representação. O delegado não age em nome e em lugar do delegante, mas atua por força de competência legal que lhe foi transferida” (grifei).[...]84

Destaca-se que, no âmbito municipal, o Decreto de Contagem nº 029, de 18 de março de 2013, delega competências às Secretarias Municipais e Órgãos a elas equiparados. Senão vejamos:

Art. 1º Fica delegada competência, no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo, para os titulares de Secretarias Municipais, da Chefia de Gabinete do Prefeito Municipal, da Controladoria Geral do Município e da Procuradoria Geral do Município, nos respectivos âmbitos de atuação, observadas as competências previstas em Lei, para a prática dos seguintes atos:

- I - ordenação de despesas, das respectivas unidades orçamentárias e dos fundos a elas vinculados, nos limites dos créditos orçamentários respectivos, observada a competência da Câmara Orçamentária de Administração Financeira - COAF e condicionada a sua prévia e expressa autorização;
- II - assinatura de contratos, convênios e outros ajustes e seus aditamentos, ressalvado o disposto nos incisos I e II do art. 3º deste Decreto.

[...]

Art. 4º Compete exclusivamente à Secretaria Municipal de Administração a realização dos procedimentos licitatórios da Administração Direta, inclusive os de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Desta feita, não cabe responsabilização do prefeito à época por utilização dos recursos da COSIP no custeio da iluminação pública de natal, haja vista que o citado decreto municipal expressamente consignou que compete aos titulares de Secretarias



Municipais, nos respectivos âmbitos de atuação, observadas as competências previstas em Lei, a ordenação de despesas, das respectivas unidades orçamentárias e dos fundos a elas vinculados, nos limites dos créditos orçamentários respectivos, bem como a assinatura de contratos, convênios e outros ajustes e seus aditamentos.

Ora, o ordenador de despesas dos presentes pregões era o secretário municipal de obras e serviços urbanos.

Ainda, reitera-se que os servidores envolvidos e este defendente NÃO tinham ciência da suposta irregularidade, já que esta possibilidade não foi levantada na época por órgão de controle ou pela Procuradoria Geral do Município, não tendo havido má-fé.

3.4 Decisão do TCEMG sobre ilegalidade somente em 2017

A interpretação dada por este Colendo Tribunal de Contas acerca da impossibilidade de se utilizar os recursos da COSIP no custeio das iluminações natalinas foi proferida no ano de 2017, sendo que os pregões ora analisados são de 2016, senão vejamos:

REPRESENTAÇÃO. ILUMINAÇÃO NATALINA. IRREGULARIDADES. AUSÊNCIA DE ATENDIMENTO DOS PRESSUPOSTOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. VÍCIO DE COMPETÊNCIA. PREJUDICADO. CUSTEIO COM RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. AUSÊNCIA DE ESTIMATIVA DE PREÇOS. CONFIGURADAS AS IRREGULARIDADES. MULTA. RECOMENDAÇÕES. 1. DIANTE DA ESPECIFICIDADE DO OBJETO CONTRATADO E DA EXCLUSIVIDADE DOS MATERIAIS A SEREM FORNECIDOS, ADMITE-SE A CELEBRAÇÃO DO AJUSTE POR MEIO DE PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. 2. A FALTA DE COMPROVAÇÃO, NOS AUTOS, DE POSSÍVEL DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO PARA A TITULAR DE SECRETARIA MUNICIPAL TORNA PREJUDICADO O EXAME DO APONTAMENTO. 3. A CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COSIP É TRIBUTO DE ARRECADAÇÃO VINCULADA, COM FINALIDADE ESPECÍFICA DE ILUMINAÇÃO DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, NÃO SENDO PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS ARRECADADOS PARA CUSTEAR DECORAÇÃO NATALINA. 4. A AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA DO PREÇO PARA O PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CONTRARIA O INCISO III DO ART. 26 DA LEI Nº 8.666, DE 1993. [REPRESENTAÇÃO n. 838465. Rel. CONS. GILBERTO DINIZ. Sessão do dia 21/09/2017. Disponibilizada no DOC do dia 11/10/2017.]



Desta feita, a Lei Nacional nº 13.655/2018 expressamente preceitua que na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

Ainda, dispõe que a revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época.

Por fim, salienta-se que a própria Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 2010, no inciso XXXIX, do art. 2º, estabelece que a iluminação pública é *“serviço público que tem por objetivo exclusivo prover de claridade os logradouros públicos, de forma periódica, contínua ou eventual”*.

Neste viés, é notório que a iluminação natalina provê de claridade os logradouros públicos de forma eventual.

O § 6º do art. 5º da referida Resolução estabelece que a iluminação pública é caracterizada pelo *“fornecimento para iluminação de ruas, praças, avenidas, túneis, passagens subterrâneas, jardins, vias, estradas, passarelas, abrigos de usuários de transportes coletivos, logradouros de uso comum e livre acesso, de arte de valor histórico, cultural ou ambiental, localizadas em áreas públicas e definidas por meio de legislação específica, exceto o fornecimento de energia elétrica que tenha por objetivo qualquer forma de propaganda ou publicidade, ou para realização de atividades que visem a interesses econômicos”*.

Dito isto, é certo que a iluminação de natal clareia ruas, praças, avenidas, túneis, , jardins, vias, estradas, passarelas, abrigos de usuários de transportes coletivos, logradouros de uso comum e livre acesso, de arte de valor histórico, cultural ou ambiental, localizadas em áreas públicas, bem como informa que tal fornecimento de energia elétrica não tinha objetivo de fazer propaganda ou publicidade, motivo pelo qual o presente feito deve ser arquivado.

Destaca-se que todos os requisitos legais para a realização dos pregões foram observados pelo Município de Contagem nas compras objeto da presente análise, tendo sido o serviço devidamente prestado, motivo pelo qual não há que se falar responsabilização.



4. DOS REQUERIMENTOS

Ante o exposto, o defendente requer que sejam admitidas as justificativas apresentadas, determinando-se, por conseguinte, **o arquivamento do processo**, sem qualquer repercussão administrativa, civil ou penal desfavorável, ante a improcedência da irregularidade.

Termos em que pede deferimento.

Contagem/MG, 02 de março de 2021.

Rafael Braga de Moura
OAB/MG 141.959